

A Pesquisa em Educação no Brasil: entrevista com a professora Selva Guimarães

Carliene Freitas da Silva Bernardes
Universidade Federal do Tocantins – UFT, Brasil

Railene Oliveira Borges
Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Brasil

Lidiana Simões Marques Rocha
Universidade de Uberaba – Uniube, Brasil

Sálua Cecílio
Universidade de Uberaba – Uniube, Brasil

RESUMO

Esta entrevista teve como objetivo oportunizar uma reflexão sobre a pesquisa em Educação no Brasil, a partir do conhecimento construído pela professora Dra. Selva Guimarães ao longo de sua trajetória profissional. Como técnica de coleta das informações, optamos pela entrevista focalizada, cujo roteiro de tópicos, relativos à problemática da Pesquisa em Educação no Brasil, foi construído a partir da análise do currículo da entrevistada, de leituras prévias acerca do tema, de notícias sobre Pesquisa em Educação na mídia e de discussões em sala de aula, na disciplina Epistemologia e Pesquisa em Educação do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação da Uniube, conduzida pela professora Dra. Sálua Cecílio. A entrevista possibilitou reflexões importantes sobre a situação atual das pesquisas brasileiras em Educação, no âmbito da pós-graduação, tais como: a formação do pesquisador; o perfil dos egressos dos programas de pós-graduação em Educação; a interferência do mercado e das políticas públicas no direcionamento das pesquisas em Educação; o *produtivismo* como um dos impactos relativos aos critérios de avaliação dos programas de pós-graduação; o papel do gestor dos programas de pós-graduação; o impacto das pesquisas na realidade educacional brasileira, dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa em Educação. Formação do pesquisador. Gestão universitária.

1 INTRODUÇÃO

Em articulação com os temas analisados na disciplina de Epistemologia e Pesquisa em Educação do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação da Uniube, no primeiro semestre de 2018, conduzida pela professora Dra. Sálua Cecílio, esta entrevista tem como objetivo oportunizar uma reflexão sobre a Pesquisa em Educação no Brasil, a partir do

conhecimento construído pela professora Dra. Selva Guimarães ao longo de sua trajetória profissional.

A escolha do grupo em entrevistar a Profa. Dra. Selva Guimarães deveu-se a sua ampla experiência como pesquisadora, docente e gestora em programas de pós-graduação em Educação, o que contribui sobremaneira para o enriquecimento das discussões sobre Pesquisa em Educação no Brasil.

Como técnica de coleta das informações, optamos pela entrevista focalizada, em que “há um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar e o entrevistador tem a liberdade de fazer as perguntas que quiser” de forma a fazer esclarecimentos, sondar razões e motivações (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.178).

Para construir o roteiro de tópicos relativos à problemática da Pesquisa em Educação no Brasil, primeiramente analisamos o currículo da participante e, a partir de leituras prévias da literatura, de notícias sobre Pesquisa em Educação na mídia e de discussões em sala de aula, na disciplina de Epistemologia e Pesquisa em Educação, elaboramos as indagações.

2 A ENTREVISTADA

Não nasci professora, mas a minha opção sempre foi ser professora e eu estou sempre me fazendo professora.

A professora **Selva Guimarães** possui licenciatura em Estudos Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia (1982), graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia (1985), mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (1991), doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1996). Realizou pós-doutorado em Educação pela Unicamp (2007) e Estágio Sênior em Didáctica de las Ciencias Sociales na UAB- Universidad Autonoma de Barcelona (2017).

Possui ampla experiência na docência, perfazendo 42 anos, tanto na Educação Básica como no Ensino Superior. Na Educação Básica, atuou por onze anos em escolas públicas da cidade de Uberlândia-MG, no período de 1976 a 1987, nas disciplinas de História, Geografia e Educação Moral e Cívica. Na Educação Superior, foi professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) de 1986 a 2017, num total de 30 anos, aposentando-se em março de 2017.

Seu papel de pesquisadora foi forjado durante a Iniciação Científica, mas a experiência veio como pesquisadora e orientadora de mestrado, doutorado e supervisora de pós-doutorado

no Programa de Pós-graduação em Educação da FAGED/UFU desde 1986, somados à coordenação do Programa por três gestões (2001-2002; 2003-2004; 2007-2009).

Atualmente, trabalha como professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba, MG (Uniube) e professora convidada do Programa de Pós-graduação em Educação da UFU. Coordena o GEPEGH (Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de História e Geografia da UFU), sendo pesquisadora de produtividade do CNPq desde 2003 (GUIMARÃES, 2018).

Suas pesquisas possuem ênfase em formação de professores, metodologias, didática e práticas de ensino e aprendizagem em História, possuindo várias publicações nesta área (GUIMARÃES, 2018).

Dentre suas publicações, três livros se destacam, principalmente, para a formação e atuação de professores da Educação Básica no ensino de História. Os dois primeiros, *Caminhos da História Ensinada* (1993) e *Didática e Prática de Ensino de História* (2003), encontram-se em sua 13ª edição. A primeira publicação examina os caminhos pelos quais passa a História como disciplina do Ensino Fundamental, a partir das políticas nacionais para o ensino de História, articulados com os fazeres autônomos de professores e alunos, o contexto acadêmico e os ditames da indústria cultural brasileira. A segunda publicação, gerada pela experiência da autora como docente na Educação Básica, na formação de professores no Ensino Superior e como pesquisadora sobre o ensino e aprendizagem em História, contribui com os professores do Ensino Fundamental, anos finais, sobre o como promover o ensino-aprendizagem em História.

O terceiro livro, *Fazer e Ensinar História –anos iniciais do ensino fundamental* (2009), foi selecionado pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC para fazer parte da Biblioteca do Professor e traz importante contribuição ao fomentar o ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Reitero aos leitores que talvez o maior de todos os objetivos desse livro tenha sido o de chamar a atenção para um fato que ainda não é reconhecido por muitos: os professores e alunos nos primeiros anos de escolarização aprendem, ensinam, fazem história. Insisto que o ensino de História não pode acontecer apenas a partir do 6º ano (a 5ª série), mas desde os primeiros tempos de vida da criança, nas etapas iniciais de socialização e de alfabetização (GUIMARÃES, 2014).

Selva Guimarães, ao reviver sua trajetória profissional durante a construção do seu Memorial para Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia (UFU - 2014), destaca duas outras importantes conquistas profissionais, ambas forjadas no trabalho coletivo. Uma delas foi a criação e consolidação do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de História e

Geografia (GEPEGH), vinculado à Linha de Pesquisa “Saberes e Práticas Educativas” do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU, como um espaço de formação de pesquisadores. E outra vitória foram as três gestões conduzidas junto ao PPGED/FACED – UFU que levaram o Programa a superar seus problemas iniciais e ao reconhecimento de sua produção, os quais propiciaram a construção, abertura e consolidação do curso de Doutorado entre os anos de 2004 e 2009, quando formou a primeira turma, tornando-se referência nacional e internacional.

3 ENTREVISTANDO SELVA GUIMARÃES

Entrevistadoras: Primeiramente, gostaríamos de agradecer a sua gentileza em nos conceder essa entrevista para ampliar nossas discussões na disciplina de Epistemologia e Pesquisa em Educação, conduzida pela profa. Dr^a. Sálua Cecílio, no Programa de Pós-graduação em Educação da Uniube. A escolha de sua pessoa deve-se a sua ampla experiência como docente e pesquisadora em Educação, na Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED FACED/UFU) e no Programa de Pós-graduação em Educação da Uniube, além da sua experiência na gestão de Programa de Pós-graduação, que bem evidenciam a sua completa formação, atuação e reconhecimento nas três grandes finalidades da vida universitária: ensino, pesquisa e gestão.

Entrevistadoras: Para iniciar nosso diálogo, gostaríamos que descrevesse seu percurso como pesquisadora em Educação: os motivos que a levaram a iniciar pesquisas nessa área.

Professora Dra. Selva Guimarães: O que me levou a pesquisar [...]. Eu sempre fui professora. Eu sou de uma geração que fez curso magistério. Eu sou “normalista”, como se dizia antigamente. Então, eu escrevi no meu Memorial que eu não nasci professora, mas a minha opção sempre foi ser professora e eu estou sempre me fazendo professora. Mesmo aposentada, a cada dia que passa, eu sinto que eu aprendo um pouco mais dessa profissão “professor”. Então, eu fui professora desde o início. Não cursei Pedagogia porque a minha opção foi fazer, em nível superior, a licenciatura em História. Porém, naquele momento, que era o final da década de 1970, os cursos de História tinham passado por uma forte perseguição durante o regime militar. Os cursos de História tinham sido transformados em cursos de curta duração em Estudos Sociais. Então, aqueles que faziam a opção por estudar História e Geografia tinham que passar primeiro pelo curso de Estudos Sociais. Então eu fiz vestibular para Estudos Sociais, fiz licenciatura curta em Estudos Sociais na Universidade Federal de Uberlândia que era um curso

que fazia parte da estratégia de desqualificação dos professores de História, Geografia, Filosofia, Sociologia e todo o ataque que essas áreas sofreram durante o regime militar. Então eu fiz vestibular para Estudos Sociais, participei da luta pelo fim do curso de Estudos Sociais no movimento estudantil e eu já era professora. Quando eu terminei Estudos Sociais, eu deixei de ser professora apenas dos anos iniciais e passei a ser professora de História e Geografia nos anos finais do Ensino Fundamental. E daí cursei História – Licenciatura Plena. Quando eu me formei em licenciatura plena, já era concursada do Estado há muito tempo, mas prestei concurso para dar aula de História na Escola de Educação Básica da UFU - ESEBA. E lá eu tive condições de iniciar pesquisas na área de ensino de História. Essas pesquisas foram iniciadas no Programa de Iniciação Científica na UFU, como aluna. Depois de um ano e meio, até por causa dessa minha formação inicial em pesquisa, eu prestei concurso na Faculdade de Educação; já estava ingressando no Mestrado na área de ensino de História na USP, em São Paulo, e fui aprovada na Faculdade de Educação. Então, na Faculdade de Educação eu fui estudar mais a fundo a Educação. Eu já era professora, mas eu não tinha leituras educacionais, ainda, na área de Educação. E na Faculdade de Educação, eu comecei a fazer pesquisas na área de Educação, porque eu passei a formar professores. Então, eu comecei esse processo na Faculdade de Educação, apesar de ter feito mestrado e doutorado na área de ensino de História na Universidade de São Paulo, onde há um grande número de pesquisas e pesquisadores no ensino de História. Eu fiz uma pesquisa educacional, na área de ensino de História. Então, foi isso que me levou ao fato de ser professora e de querer responder a algumas indagações sobre o ensino de História.

Entrevistadoras: O que eu achei interessante na resposta é que a senhora falou do seu processo de Iniciação Científica na sua graduação. Você acha que nasceu aí a pesquisadora?

Professora Dra. Selva Guimarães: Foi. Na época não havia ainda esse Programa institucionalizado como nós temos hoje, que é um programa muito exitoso no Brasil todo, com oferta de bolsas. Mas, havia, no curso de História, já uma perspectiva de pesquisa. Nós tínhamos que fazer um trabalho de pesquisa final sob a orientação de um professor. Então, eu iniciei a pesquisa no curso de História e na ESEBA (Escola de Educação Básica da UFU); eu tive condição de continuar as pesquisas em sala de aula, envolvendo inclusive os alunos de oitava série. Eu relato essa minha prática de ensino-pesquisa na ESEBA no livro *Didática e Prática no Ensino de História*, no qual destaco a minha experiência na ESEBA com trabalhos de pesquisa. Então, eu iniciei aí.

Entrevistadoras: Durante esse processo como docente e pesquisadora, quais foram os maiores desafios que a senhora enfrentou? Ao longo desses 30 anos de docência e 22 anos como pesquisadora na pós-graduação *stricto sensu*?

Professora Dra. Selva Guimarães: Eu enfrentei desafios diferentes. Na escola de Educação Básica, na rede pública estadual, nós enfrentávamos um desafio que eu sempre digo: a situação de precarização era ainda maior. Nós tínhamos que comprar giz, comprar folhas de papel, usávamos o mimeógrafo ainda, que era movido a álcool... então nós tínhamos que comprar isso, levar nosso próprio papel higiênico porque não existia papel higiênico nas escolas... os salários eram muito atrasados. Eu comecei a dar aula durante e no final do regime militar, durante a década de 1970, então nós enfrentamos diversos desafios e por isso a luta para formar o sindicato, a união dos trabalhadores de ensino, enfrentar os baixos salários. Em Minas Gerais, há décadas, não havia concurso para professores. Eu fui da geração que fez o primeiro concurso público na época do governador Francelino Pereira, que foi uma briga imensa. Então, nós tínhamos todo um desafio político para conseguir na luta por melhores condições de trabalho.

Quando ingressei na ESEBA, eu enfrentei um desafio completamente diferente. Em termos salariais, eu passei a ganhar dez vezes mais do que eu ganhava na rede pública. O salário, naquele tempo, na Universidade Federal de Uberlândia, eram os salários mais altos do País, em 1986. Então, eu tinha um salário altíssimo. Eu fiquei “rica” da noite para o dia, porque era um salário muito bom e eu tinha condições de trabalho muito diferenciadas. Eu dava 36 aulas no Estado e comecei a dar 16 com uma carga horária de 40. Então, eu tinha condições de preparar a aula. Aí o desafio foi construir junto, na ESEBA, nesse momento de construção, uma proposta pedagógica diferente daquelas que existiam durante os anos da ditadura. Era construir um ensino de História diferente. A gente brinca que foram os anos do repensar: repensamos a História, repensamos o ensino de História, repensamos a didática... então foi um momento muito rico de desafios e de repensar.

Quando eu entrei no curso de Pedagogia na UFU, eu enfrentei um outro desafio, porque, como historiadora, eu achava que era tranquilo ir para a Educação porque eu já tinha minhas leituras e meus paradigmas. E daí eu tive que estudar sobre Educação. Eu tive que enfrentar o desafio de aprender sobre teoria educacional, de ver que existe uma teoria de currículo, que existiam várias concepções de Didática e vários paradigmas de Educação. Eu não sabia disso, porque, no curso de História, a formação didático-pedagógica é super-restrita. Na época, a gente tinha um semestre de Psicologia da Educação, dois semestres de Didática, um semestre do que na época não era nem Política Pública, era Estrutura e Funcionamento da Escola de Primeiro e Segundo Graus, que a gente chamava de “Estrufunc” porque era a sigla. Então eu enfrentei o

desafio de começar um trabalho na Faculdade de Educação, formando professores e estudando Educação. E com um desafio novo, que era fazer parte de uma equipe de metodologia de ensino com gente nova, nós construímos um laboratório pedagógico na Pedagogia que não existia, construímos uma revista chamada *Ensino em Re-Vista*. Em 1991, nós lançamos o primeiro número que era uma revista para repensar o ensino. Então, eu enfrentei outros desafios, os desafios que eu diria político-pedagógicos, mas em um outro nível de ação política. Eu não abandonei a luta política sindical, tanto que fui tesoureira da gestão 1991-1993, não sei se isso está no meu *Lattes* – acho que não tem espaço para isso no *Lattes*. Não abandonei a luta sindical, mas aos poucos eu fui mergulhando na questão da pesquisa em Educação e na formação de professores. E daí foram outros desafios, por isso que eu digo que em cada época foram desafios diferentes.

Entrevistadoras: E suas vitórias? Avaliando todo esse trajeto profissional percorrido?

Professora Dra. Selva Guimarães: Em 2015, eu fiz o concurso para titular e escrevi meu Memorial. Rever a própria trajetória não é um exercício tranquilo, mexe muito com a gente. Eu considero que eu venci muitos desafios. Desafios para me tornar professora, para vencer as barreiras dentro da Universidade (burocráticas, epistemológicas, políticas) e não foi muito fácil. Não foi algo muito tranquilo, mas ao mesmo tempo, junto com o coletivo, porque eu acho que a gente não faz nada sozinho, nós formamos um coletivo na Faculdade de Educação e eu participei de um grupo que reergueu o mestrado – o mestrado na UFU teve início em 1993, mas ele tinha muitas dificuldades. Eu ajudei a construir uma trajetória no mestrado e participei da equipe que fez o doutorado. Então, eu acho que, graças a um trabalho coletivo, nós obtivemos muitas vitórias, porque nós conseguimos construir um Programa de Pós-graduação em Educação, e eu acho que isso não foi um trabalho isolado, foi um trabalho árduo e que nós construímos juntos. Então, eu escrevo como meu maior legado na universidade pública, talvez seja a constituição de um grupo consolidado de pesquisa. Então, nós temos uma pesquisa coletiva e nós trabalhamos nesse coletivo.

Entrevistadoras: Esse grupo de pesquisa é o sobre o ensino de História e Geografia?

Professora Dra. Selva Guimarães: É o GEPEGH. Antes eu atuava na equipe de Metodologia de Ensino e nós construímos um trabalho, fizemos publicações, pesquisas. Era um grupo multidisciplinar e isso foi muito importante. Publicamos trabalhos muito exitosos no grupo de Metodologia, que envolvia Metodologia do Ensino de Ciências, História, Geografia, Língua Portuguesa, Alfabetização e Matemática; então, era um grupo multidisciplinar. Depois, no início de 2000, passaram a ser incentivados, no âmbito dos Programas, os grupos de pesquisa,

inclusive instituídos dentro do CNPq. E daí eu senti necessidade de, junto aos colegas, fundar um grupo de estudo e pesquisa. É um grupo que se reúne mensalmente para discutir pesquisas e é um grupo muito interessante porque ele tem desde pós-doutorandos até o PIBIC Júnior.

Entrevistadoras: ... que são alunos do Ensino Médio?

Professora Dra. Selva Guimarães: Isso, que são alunos do Ensino Médio. E a gente está sempre incorporando esses jovens no grupo de pesquisa, então é um grupo de pesquisa interdisciplinar, mas hoje restrito ao pessoal que pesquisa História, Geografia, Ciências Sociais, Filosofia... educadores. É um grupo que envolve vários professores e pessoas que vêm de diferentes lugares do País. Então, eu me considero uma pessoa de muita sorte, porque eu encontrei coletivos de trabalho muito bons e agora nós estamos começando aqui na Uniube um outro coletivo de trabalho.

Entrevistadoras: Muito bom. Eu achei interessante o PIBIC Júnior, no Ensino Médio. Esses dias, na sala de aula, a gente discutiu a desvalorização da pesquisa no Brasil. E se isso talvez pudesse ser amenizado, se começasse desde a Educação Básica o incentivo à pesquisa? O que a senhora acha?

Professora Dra. Selva Guimarães: A FAPEMIG tem incentivado. Até o ano passado, eu tive Iniciação Científica. Eu acho que é um Programa importantíssimo para incentivar a pesquisa, então eu considero um grande passo começar lá na Educação Básica.

Entrevistadoras: Vamos falar um pouco então sobre a gestão do Programa de Pós-graduação, sobre a experiência que a senhora teve durante três mandatos e, portanto, seis anos de experiência na gestão do PPGED da UFU. A partir dessa experiência, professora, qual é o impacto dos critérios adotados pela CAPES para avaliar os programas e, em específico, o impacto desses critérios nos docentes, nos discentes e na produção do conhecimento que é realizada.

Professora Dra. Selva Guimarães: Então, eu acho que eu enfrentei um desafio que foi aprender a ser gestora. O professor universitário não tem formação para ser gestor, a gente aprende isso na prática. Então, quando eu fui chefe de departamento, foi um desafio conhecer a estrutura da Universidade e ler sobre gestão universitária, porque nós não temos formação em gestão. Nós não temos nenhuma formação em gestão. Então, você chega na universidade e no outro dia os colegas já acham que você tem liderança, tem compromisso institucional e pronto, você é escolhido para ser gestor. E aí você começa a aprender na prática a ser gestor. Então, quando meus colegas me disseram “Você vai ser coordenadora”, eu já havia participado do colegiado. A gestão universitária é uma gestão colegiada em todos os níveis. Então, no

Programa de Pós-Graduação, há uma presidência do colegiado, mas quem decide tudo é o colegiado. Todas as ações. O que o gestor faz? Ele lidera esse processo. Então, eu sempre trabalhei na perspectiva de liderar o grupo para enfrentar os desafios. Eu fui, aos poucos, desenvolvendo essa questão da liderança. E a pós-graduação no Brasil, ela é permanentemente monitorada pela CAPES. A CAPES, o que ela faz? Monitora, induz – porque a CAPES tem o fator da indução, ela trabalha com a indução de pesquisas com os programas, criando critérios de indução – avalia e fomenta/financia. Então, é um sistema de uma complexidade enorme, um dos mais aperfeiçoados do mundo e é basicamente quantitativista. Então, a função de um gestor de pós-graduação no Brasil tem um lado muito complicado que é estimular, buscar recursos, cobrar produção dos professores e estimular a produção dos professores, porque se não houver uma produção quantitativa, o Programa sofre penalizações, então é uma tarefa de gerenciar (que não é simples) porque você tem que atender a esses critérios quantitativistas. Quando você é gestor, você faz parte de um Fórum Brasileiro de Gestores e Coordenadores de Programas de Pós-Graduação. E lá nós temos embates no âmbito da ANPED e no âmbito da CAPES. Nós tivemos, na época em que eu fui coordenadora – e fui presidente do Fórum também de 2002 a 2004, do Fórum Centro-Oeste, porque nós, aqui no Triângulo Mineiro, fazemos parte do Fórum Centro-Oeste de Coordenadores de Pós-Graduação – participamos de muitos embates no sentido de tornar a avaliação mais qualitativa. Mas, a gente percebe que ela foi se tornando cada vez mais quantitativa.

Entrevistadoras: E por que essa tendência, professora?

Professora Dra. Selva Guimarães: Porque é uma tendência tecnocrata. A avaliação do CNPq e da CAPES, por mais que os coordenadores e os representantes da nossa comunidade acadêmica se esforçassem, ela foi se tornando cada vez mais quantitativa. Porque é o grupo hegemônico não só no Brasil, mas também no exterior. Há uma tendência. Nós temos, por detrás disso, todo um ideário dos anos 1990 e 2000, que é neoliberal e neoconservador. As avaliações dos Programas e das políticas públicas são quantitativistas e isso vai gerar o famoso produtivismo. Até saiu, agora, um livro muito interessante da UFSC – Universidade Federal de São Carlos organizado pelo professor Lucídio Bianchetti, que até organizou outros: *Publicar para não perecer*, no qual ele faz uma crítica ao fato de que, se você não publica, você vai perecer e você vai ser descredenciado do Programa. Você vai desaparecer da comunidade científica. Isso gerou um produtivismo. O que é o produtivismo? A gente condena, no produtivismo, essa publicação, muitas vezes, sem critério de qualidade. Mas como você é premido pela lógica da produção – porque, para ter os projetos avaliados, é necessária a publicação – a gente e nossos orientandos acabamos publicando pesquisas que, muitas vezes,

não têm muito significado para a sociedade. Isso é uma coisa muito séria para o País. Então, eu condeno o produtivismo, que eu chamo de acrítico, esse que não leva em consideração a qualidade do que está sendo produzido.

Entrevistadoras: E a qualidade seria...?

Professora Dra. Selva Guimarães: É impossível um professor publicar um livro por ano. Para escrever um livro você precisa de tempo. Eu não estou dizendo com isso que não é preciso delimitar o tempo. Claro que precisa. Uma outra consequência foi o encurtamento do tempo do mestrado. Hoje nós temos dois anos para um aluno produzir e defender com qualidade um produto científico – uma dissertação e, no caso dos mestrados profissionais, um projeto de intervenção. Acho que o tempo do doutorado, de quatro anos, é bastante razoável para produzir e defender uma pesquisa. Nós temos que lutar para que o tempo do doutorado seja mantido. Eu sou de uma geração que fez o mestrado em três anos. Você olha a qualidade dos produtos de um mestrado de três anos e eles são substancialmente diferentes dos produtos dos que são feitos em um ano e oito meses, um ano e dez meses ou dois anos. Então, eu acho que essa foi uma outra consequência séria para a área de Educação e de Humanas: o encurtamento do tempo de mestrado e o produtivismo que eu chamo de produtivismo acrítico. Certa vez, avaliando um programa de pós-graduação, um professor havia publicado quinze artigos por ano sozinho! Isso não é possível! Mas, estavam lá no *Lattes*. Não era nem coautoria. Então, a gente precisa ter bom-senso!

Entrevistadoras: E a senhora acha que a qualidade se perde, porque o conteúdo fica se repetindo?

Professora Dra. Selva Guimarães: Não é nem isso. Para mim, a questão é que são pesquisas sem rigor científico. Eu, por exemplo, escrevo sobre a formação de professores de História. Mas, em cada artigo meu, eu tenho que apresentar, além do rigor e da metodologia, novos achados. Não estou falando nem de ineditismo, mas de originalidade conceitual ou empírica. O que eu estou trazendo de novo? Ou é, como você diz, uma mera repetição/um mero “requeitamento”? Sabe quando você reaquece uma comidinha e só põe um temperinho novo? Não é isso que a gente quer. Vamos aprender a fazer um questionamento realmente diferenciado. Então, eu entendo que o produtivismo acrítico seja isso. Então, um autor em São Paulo com 40 anos já tinha 37 livros publicados, isso não é possível!

Entrevistadoras: Professora, continuando então na sua experiência como gestora, como a senhora avalia a interferência do Estado brasileiro, por meio de políticas públicas, e da iniciativa privada, nas pesquisas em Educação?

Professora Dra. Selva Guimarães: na área de Educação, a pesquisa é basicamente feita na esfera pública e nas universidades públicas. Nós temos pesquisas na Fundação Carlos Chagas e hoje em algumas universidades privadas. Há dados sobre isso, mas as pesquisas mais substanciais são feitas em Programas de Pós-graduação em Educação, nas universidades públicas. A iniciativa do doutorado nas universidades privadas é muito recente, com exceção das PUCs/ Universidades Católicas, que têm uma tradição. Hoje a gente pode dizer que há uma dimensão privatista nas pesquisas em Educação, e isso é cobrado. Essa dimensão é voltada para apresentar resultados rápidos e resultados, que, de certo modo, se constituem em mercadoria. Então, essa pesquisa mais voltada para os fundamentos em Educação, para o pensar em Educação, muitas vezes ela é relegada ao segundo plano. Então, isso pode estar dentro tanto da universidade pública quanto dentro da universidade privada. Não sei se me fiz entender....

Entrevistadoras: A senhora está dizendo que existem objetos de pesquisa e pesquisas direcionadas para os programas nas universidades públicas e para as privadas?

Professora Dra. Selva Guimarães: Existem pesquisas em universidades privadas que têm um direcionamento que é para atender mercado.

Entrevistadoras: O que seria “atender a esse mercado”? Dentro dessa ideia de “atender ao mercado”, no sentido de políticas... porque a área da Educação acaba passando por uma perspectiva de política nacional de Educação. O que a gente verifica é que, às vezes, não é uma política de Estado, mas sim de governos. Seria no sentido de investir na Educação que se tem pesquisado melhorias? Como é a interferência do Estado, enquanto esse direcionador de políticas públicas?

Professora Dra. Selva Guimarães: Vamos falar então com relação à pesquisa e à pós-graduação na área da Educação. Essa relação, ela é clara na área de Tecnologias e Comunicação. A política nacional de pesquisa em Educação é entrelaçadíssima com a pesquisa de pós-graduação em Educação. Porque o lócus básico da pesquisa em Educação é o setor público. Como eu estava dizendo, a expansão dos programas de doutorado e mestrado nas universidades privadas, com exceção das universidades católicas/confessionais, é algo mais recente. A política nacional de pós-graduação em Educação é basicamente feita por quem está dentro da CAPES e gerencia a CAPES, que são lideranças da comunidade acadêmica. São nossos pares, indicados por nós. Quem está no comitê definidor das políticas no CNPq são basicamente os pesquisadores 1A do CNPq indicados pela comunidade científica. Existe uma política nacional de ciência e tecnologia. Algumas são políticas de Estado, outras são de Governo. E mesmo as políticas de Estado, que são essas permanentes, elas sofrem com a crise financeira e com os

cortes e com as prioridades. Por exemplo, na área de Educação: a área de ensino de Ciências, Matemática, Física – estou falando das áreas de ensino em que eu atuo – elas sempre recebem mais aportes do que a área de Ensino de História, Geografia, Ciências Sociais, Ciências Humanas, porque elas não são consideradas áreas prioritárias. Outra coisa dentro da política de pós-graduação: o aluno da pós-graduação tem um peso dentro do CNPq, ele tem um custo. O aluno da Engenharia custa o triplo de um aluno da Educação, se não for o quádruplo. As faculdades de Educação Pública – citando aqui a Unicamp, UFU, UFMG, USP – têm programas gigantescos. A Unicamp tem 700 alunos na pós-graduação em Educação. Ela recebe um orçamento não sei quantas vezes inferior ao da Engenharia de Telecomunicações que pode ter 50 alunos, porque esse aluno tem um custo muito maior. A Política Nacional de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia, o CNPq e a CAPES definem esse orçamento.

Entrevistadoras: Os quais têm os representantes da comunidade acadêmica...

Professora Dra. Selva Guimarães: E do Governo. Porque quem escolhe o presidente do CNPq é o Ministro de Ciência e Tecnologia. E quem escolhe o Ministro de Ciência e Tecnologia é o Governo, o Presidente. As definições de políticas são colegiadas, há o representante da comunidade acadêmica, mas há um representante do Governo e ele tenta imprimir seus direcionamentos. Há nuances. Por exemplo, a política de voto de bolsas de mestrado e doutorado, é uma política de Estado.

Entrevistadoras: Ela é permanente.

Professora Dra. Selva Guimarães: É permanente. Só que, a cada gestão, você tem algo diferente. Agora estão acabando com o programa Ciências sem Fronteiras. Nos governos Lula e Dilma, foi o Programa muito estimulado. E eles acabaram com o Programa agora, porque houve corte sem uma avaliação profunda, apenas com uma avaliação bem superficial foi feito o corte do Programa. Em um momento que é fundamental mandar jovens para o exterior, dentro de um processo de globalização. Mas ele não foi considerado prioritário. Então, você vê como os governos agem sobre as políticas permanentes de Estado? Então, isso no âmbito da ciência, da tecnologia, da pós-graduação. O ano passado, por exemplo, nós não tivemos PROAP (Programa de Apoio à Pós-graduação)¹. As bancas estão sendo quase todas feitas por via videoconferência, porque não se tem dinheiro para pagar a passagem para as pessoas virem para a banca. Quanto dinheiro nós temos para mandar nossos alunos para o exterior? Tudo isso depende dos governos. Então, a política de Estado é altamente afetada pelos governos. Mesmo

¹ Programa de apoio financeiro da CAPES aos programas de pós-graduação.

que eles não acabem com a política do Estado, ela não é intocada. Ela sofre com as ações dos governos.

Entrevistadoras: Logo, os governos podem priorizar...

Professora Dra. Selva Guimarães: Ou não. Que podem imprimir uma condução de investir mais em uma área.

Entrevistadoras: A senhora falou, e eu gostaria de retomar...

Professora Dra. Selva Guimarães: O Ciência sem Fronteiras - só completando - ele não atendia ao pessoal da Educação e das Humanidades. Foi depois de muita briga que começou a haver mobilidade de estudantes de Humanas.

Entrevistadoras: Para ir para o exterior?

Professora Dra. Selva Guimarães: É. Antes, era só das Biológicas e Tecnológicas. Era indução da área.

Entrevistadoras: Sobre a indução, a senhora disse sobre os objetos de pesquisa, que isso também é direcionado. Explique isso melhor, na privada e na pública.

Professora Dra. Selva Guimarães: Eu vou começar com a pública. Por exemplo, eu fui da banca de uma professora de outra instituição. Ela trabalhara muito tempo com um convênio com a Natura. A Natura tem um programa de responsabilidade social muito forte. As empresas, fazendo esse tipo de programa, têm alguma vantagem na parte fiscal. E essa professora, dessa instituição, fizera um convênio com a Natura – fazia um trabalho, em comunidades, de aprendizagem e recebia por isso também, assim como os meus colegas da História ou da Engenharia podem fazer. Ela fez um trabalho muito bom, só que havia um interesse empresarial naquele convênio. Como se diz no meio empresarial, “não existe almoço de graça”. Era um programa claramente voltado e, nesse molde, eu posso citar vários outros projetos.

Entrevistadoras: Era voltado para o *marketing* social da empresa...

Professora Dra. Selva Guimarães: Isso, para o *marketing* social da empresa. Então, assim como a Natura, eu posso citar vários projetos.

Entrevistadoras: Que têm essa interferência da iniciativa privada...

Professora Dra. Selva Guimarães: A palavra usada é *parceria*, que é uma palavra-chave dos anos 1990 e 2000. Uma parceria universidade-empresa. Mas não é só aí. Eu estou dizendo que pode existir uma dimensão privatista nos trabalhos e nas pesquisas que são feitas. Tanto no objeto, que vai confirmar algumas teses e interesses privatistas, como que vão ser utilizados e aplicados para reforçar determinadas estratégias empresariais. Sem dúvidas. E isso pode existir

tanto na universidade pública como na universidade privada. Ou seja, eu não estou situando essa relação universidade-mercado como existente somente na universidade privada. Dentro da universidade pública também há isso. Acontece que as coisas não são muito claras no Brasil, nessa relação. Nos Estados Unidos, por exemplo, essa relação é claríssima. Quem financia grande parte das pesquisas com interesses claros e definidos são as empresas privadas. Então, em uma pesquisa, a questão ética tem que ser muito cuidada. Não estou, *a priori*, condenando ninguém. Nem o trabalho com a Natura nem outros que não preciso citar. Alguns meios divulgaram e foram feitas inclusive denúncias contra as empresas que se utilizam dessa estratégia financeira.

Entrevistadoras: E é financeira mesmo! Ela se beneficia do conhecimento científico da universidade, contratando uma mão de obra barata, com viés social muito grande e tem isenção fiscal.

Professora Dra. Selva Guimarães: Exatamente! É como tem sido feita a pesquisa no Brasil.

Entrevistadoras: Eu não saberia quantificar...

Professora Dra. Selva Guimarães: Eu também não, mas existe na nossa área da Educação também. Claro que nem se comprara com a área da Engenharia e da Biomedicina, das pesquisas de base.

Entrevistadoras: Tem um trecho que nós retiramos de uma matéria. O Hugo Fernandes-Ferreira, inclusive formado em Biologia, escreveu um texto chamado “Um exército de doutores desempregados no Brasil” e esse texto circulou pelas mídias. Isso foi em 2016, ele publicou no blog *Tribuna Científica*. Dentro da matéria, a gente tirou um trecho e a gente gostaria que a senhora comentasse: *“Temos um exército de graduados analfabetos funcionais e de mestres que não merecem o título. Em um pelotão menor, mas ainda numeroso, de doutores cujo diploma só serve para enfeitar parede. Bilhões de reais gastos para investir e manter um grupo cujo retorno científico é pífito para o país. [...] Alarmante, é ver outro exército de Carinhas, esse qualificado, com boas produções, só que desempregado [...]”* Diante dessa fala dele, na sua opinião, com essa experiência de 22 anos na pós-graduação *stricto sensu*, qual é a finalidade dos programas de pós-graduação em Educação no Brasil?

Professora Dra. Selva Guimarães: Em primeiro lugar, eu discordo da fala dele porque ele faz uma série de generalizações. Ele fala que existe um exército desempregado, um exército de semianalfabetos com os quais são gastos milhões. Eu acho que ele faz parte de um grupo de pessoas que defende que nós temos que investir na Educação Básica ou em outros setores e não investir na pós-graduação. Ora, se nós queremos melhorar a Educação no País, é óbvio que tem

que haver um investimento na Educação Básica. Mas nós temos que investir na formação de professores, de pesquisadores de pós-graduação e na ciência! Como que eu vejo isso na Educação: vocês até falaram de um projeto que eu desenvolvi com o Humberto Marcondes Estevam, em 2011, sobre o perfil dos egressos.

Entrevistadoras: Isso mesmo, uma pesquisa sobre o perfil dos egressos do Programa de Pós-graduação em Educação da UFU.

Professora Dra. Selva Guimarães: Essa pesquisa foi muito interessante porque nós recuperamos o caminho que tinha sido feito pelos egressos da UFU. Nós encontramos um exército de pessoas, para usar as palavras dele [de Hugo Fernandes-Ferreira] que estão fazendo a diferença na rede pública, na rede privada, nas universidades. Por exemplo, semana passada eu vi a foto da reunião do Fórum Nacional de Coordenadores de Mestrados Profissionais e duas ex-alunas, uma ex-orientanda e a outra a Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho, que também foi minha aluna. Elas já estão na coordenação de programas de pós-graduação. Nessa pesquisa, o que eu e o Humberto concluímos: que a maioria significativa estava trabalhando em Educação e grande parte no Ensino Superior. Uma questão interessante é, qual seria a utilidade da pós-graduação: formar o professor de Ensino Superior, como antes foi pensado, ou formar o pesquisador? Existe essa distinção e essa discussão. A UFU fez até um programa, e a CAPES já fez também um programa, para estimular a preparação do docente na pós-graduação, mas são programas pontuais. A CAPES exige o estágio-docência para quem não é docente, algo mínimo em termos de carga horária. E a UFU, há uns anos, fez um programa que dava bolsa para aqueles alunos da pós-graduação que quisessem cursar a disciplina de docência universitária e fazer/ter uma prática docente. Porque, dentro da CAPES, há aqueles, e inclusive José Antônio Severino diz que o papel da pós-graduação é formar o bom pesquisador. Porque formando o bom pesquisador, você forma o bom professor. Existe um pessoal da docência de uma linha pedagógica que diz “não, a pós-graduação tem formado pesquisadores, ela não tem formado professores”. Porque muitos saem, e cada vez mais jovens, do doutorado, e no outro dia, estão dentro da sala de aula sem nenhuma formação para ser professor, ele é um pesquisador. Inclusive tem uma tese de um aluno baiano que fez mestrado e doutorado com a gente que é “*Dormi doutorando e acordei professor*”, porque ele passou em um concurso e no dia seguinte estava dentro da sala de aula, sem a menor experiência. Então existe essa divergência. Eu acho que a pós-graduação pode conciliar a formação para pesquisa e a formação para docência.

Entrevistadoras: Como?

Professora Dra. Selva Guimarães: Como? Estimulando cada vez mais, desde a graduação. Fazendo a integração graduação e pós-graduação. Eu sou defensora dessa integração. Por exemplo, foi criado o programa PIBID, que é um programa de incentivo à docência na Educação Básica. Eu acho um Programa excelente. Acho um Programa louvável. E agora foi criado o Programa Residência Pedagógica, que eu ainda não vi. Se a gente estimular a docência nos cursos de licenciatura desde cedo, nós vamos ter, na pós-graduação, pessoas que já tenham uma iniciação na docência, mesmo aqueles que saíram da iniciação científica e foram direto para o mestrado e doutorado. Então, nós podemos estimular a docência na graduação e na pós-graduação. E para aquele que está nas outras áreas como Contabilidade e Engenharia, é possível criar programas como a UFU teve, para estimular a docência universitária. Porque o grande campo de quem faz pós-graduação em Educação é a docência universitária. Esse aluno acaba ingressando na universidade para formar novos pesquisadores. Se a gente estimular a docência e criar programas, a gente pode amenizar o problema. A universidade tem que criar programas de formação e de estímulo à docência de seus professores, principalmente aqueles que vieram das exatas, das biológicas, das ciências sociais aplicadas... porque a universidade tem contratado professores que pensam que vão ficar em laboratório, mas eles vão para a sala de aula também. A LDB diz que todo professor universitário tem que dar, no mínimo, 8h/aula. Mas o que a gente vem vendo é uma reclamação permanente dos alunos da universidade de que há falta de “didática”, como eles falam, de metodologias. Então, os alunos me falam que os professores sabem muito, mas, eles não sabem explicar. Esse é um problema real. Então, eu discordo desse rapaz [Hugo Fernandes-Ferreira]. Pode ser que se tenha um exército de desempregados em uma área, mas, não é...

Entrevistadoras: ... o que suas pesquisas mostram...

Professora Dra. Selva Guimarães: O que eu e o Estevam constatamos, acompanhando os egressos, é que não há esse problema, muito pelo contrário. A CAPES criou, como um dos itens de avaliação dos programas, é avaliar a inserção social dos egressos. Então, na Plataforma Sucupira, diante desse problema, a CAPES já verifica onde estão os egressos – se continuaram para o doutorado, em que mercado estão e se estão produzindo e pesquisando. Os programas precisam ter essas informações e esses dados têm que ser enviados anualmente para CAPES.

Professora Dra. Selva Guimarães: Na área da Educação, há particularidades. Nós temos muitos alunos, como vocês, que já estão no mercado e estão buscando a formação na pesquisa. Agora, eu acho que a pós-graduação poderia trabalhar mais a questão do gestor universitário, a gestão da Educação (pois, muitos saem e se tornam secretários de educação, diretores de escola, chefes de departamento...). Nós poderíamos incentivar muito mais a questão da formação

cultural do nosso aluno da pós-graduação. Eu acho importantíssimo isso. Eu tenho uma aluna pesquisando essa formação cultural dos professores. Nós poderíamos estimular muito mais a formação de líderes de pesquisa. O doutorado tem que formar o líder de pesquisa, o formulador de pesquisa, porque depois você vai ter que formar um grupo de pesquisa na sua instituição, fazer um projeto de pesquisa, encaminhar para uma agência de fomento... porque terminar o doutorado para simplesmente ministrar 8h/aula na universidade, ficar só no ensino, também acho pouco. Os doutores, no Brasil, têm que ser líderes, eles têm que assumir isso. Enviar um projeto para o CNPq, para uma agência de fomento... fazer um projeto de extensão com um forte impacto social, acho que isso pode e deve ser estimulado na pós-graduação. A pós-graduação não pode ficar focada na tese, na publicação da tese e dos artigos. Eu acho que a pós-graduação tem que envolver blocos de formação de uma maneira mais ampla. Essa é a minha defesa.

Entrevistadoras: Vou dialogar com a senhora que isso é até angustiante, ouvir todas essas propostas, porque nós temos uma demanda de produções que nós temos que realizar para além da tese. Mesmo nas disciplinas, os artigos. Isso faz parte da avaliação da CAPES então, nas disciplinas nós temos que ter produção, temos que produzir artigos, a tese, e isso demanda tempo, pesquisa, tempo para processar e propor ideias... então é muita coisa para pouco tempo. Ainda mais para o mestrado, em que houve essa redução.

Professora Dra. Selva Guimarães: Quando eu fui coordenadora, eu fiz, e eu me orgulho muito disso, um programa de divulgação e debate de produções. Eu criei, lá na faculdade, esse programa muito legal que chama “Diálogos.com” no qual todas as linhas levam pessoas lá para dialogar. Criei também lá, e estou tentando trazer para ter aqui também, o “Cinema e Educação”. Para fazer da pós-graduação um locus de formação mais ampliado. Essa é a minha preocupação. Para que não fique focado na produção do artigo e dos textos para as disciplinas, porque eu acho pouco. Sabe o que tem acontecido? Muitas vezes, os alunos fazem os artigos, terminam as disciplinas e somem, daí não voltam mais, só voltam para defender a tese. E participam pouco. Então têm que frequentar o grupo de pesquisa, eu acho isso importante. Mas essa é a minha defesa de gestão universitária. Eu fui formada lá nos anos 1980 dentro do tripé “ensino, pesquisa e extensão”.

Professora Dra. Selva Guimarães: Agora aqui [na Uniube] nós criamos a *Quinta Cultural* e o *Cinema Vai à Escola*.

Entrevistadoras: Esse comentarista que escreveu essa matéria no blog [Hugo Fernandes-Ferreira] *Tribuna Científica* falou que o retorno científico dos programas de pós-graduação é

píffio para o País. Na sua opinião, qual tem sido o impacto das pesquisas em Educação para a realidade educacional brasileira?

Professora Dra. Selva Guimarães: No dia da primeira aula aqui, eu coloquei uma afirmação que eu ouvi do professor Fernando Haddad quando então Ministro da Educação. Ele fez uma grande reunião com coordenadores de Pesquisa em Educação em Brasília. Ele apresentou os dados e um deles era como enfrentar o desafio que o Brasil era o 13º produtor de arquivos científicos do mundo (em termos de produção científica, o Brasil está sempre entre os 20 primeiros – mas não em termos de pesquisa e inovação, mas sim de publicação de artigos), mas figura entre o 52º e 53º na avaliação do PISA². Na avaliação internacional, que a OCDE faz dos alunos da Educação Básica. O Ministro mostrou esse dado na época e perguntou o que poderia ser feito para mudá-lo. Nós temos um sistema de pós-graduação de ponta, estamos no primeiro time, mas estamos juntos com os países africanos (mais pobres) na avaliação de Educação Básica. E então, o que pode ser feito? Ele lançou esse desafio para a gente. Para mim, não é fazer pesquisa aplicada, mas é fazer uma pesquisa que tenha relevância social, educacional e também científica. Fazer pesquisas realmente que possam chegar à escola. Precisamos dar retorno para as escolas e ter uma parceria muito forte com elas. E aí está o potencial do Mestrado profissional. Se o Mestrado profissional, que foi criado para formar dentro dessa parceria, ele tem que ser isso, ele não pode ser uma fábrica de diplomas e de mestres, mas sim algo que vai dar retorno. Com isso eu não estou defendendo que a gente, a gente só faça pesquisa aplicada. Acho importantíssima a pesquisa na área de fundamentos da Educação, do pensar a Educação. Nós temos que fazer um trabalho de fazer com que essa pesquisa nossa seja relevante para a escola de Educação Básica. Nós temos que dar um retorno para as escolas. Se há a pesquisa em um curso, deve haver o retorno para esse curso. Se há pesquisa em alguma escola, essa escola tem que ter o retorno. Você sabia que muitas escolas aqui em Uberlândia não querem mais receber pesquisador? Porque os pesquisadores vão lá, pesquisam, colhem os dados, e não voltam, não dão retorno. Eu já ouvi de uma professora: “vocês vêm aqui, depois ainda falam mal da gente, criticam nosso trabalho e não dão retorno”. Ela tem toda razão, não tem? Aqui em Uberlândia, a mesma coisa com os estagiários da graduação - muitas escolas não querem porque o estagiário vai lá, observa, some e não faz nada. O que eles querem? Eles querem retorno, eles querem ser participantes do processo também.

² PISA (*Programme for International Student Assessment*) – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. Faz uma avaliação comparada, aplicada de forma amostral a estudantes matriculados a partir do 7º ano do Ensino Fundamental na faixa etária dos 15 anos, com vistas a avaliar a qualidade da Educação. O Pisa é coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), havendo uma coordenação nacional em cada país participante. No Brasil, a coordenação é responsabilidade do Inep. (INEP – MEC, 2018).

Entrevistadoras: Querem soluções...

Professora Dra. Selva Guimarães: Querem soluções, mas essa visão de que eles querem receita é uma visão superada. Eles querem colaborar e participar, mas que essa colaboração e essa participação tenha um retorno para eles e para a escola. Eles sabem que as resoluções são difíceis, que não é tudo tão simples. Mas eles querem ajuda e colaboração porque a escola é culpabilizada por tudo, então ela não quer ser tão somente objeto de pesquisa, mas sim sujeito. A escola quer isso. Então eu discordo dele [Hugo] e penso que nós podemos fazer um trabalho e quando o Ministro nos lançou esse desafio, seria um trabalho com a escola, mas de que maneira? A escola como um colaborador, como um campo no qual o pesquisador vai colaborar, a pesquisa vai ter significado para a escola. Eu acho que isso é muito importante e nós podemos fazer. Por exemplo, escrever para o professor. Eu escrevo muito para o professor, eu escrevo livro didático inclusive. E eu não falo sobre dar a receita, mas, sobre pensar juntos em estratégias em conjunto. Eu acho que isso é muito importante, é nossa tarefa social.

Entrevistadoras: Muito bom. Para finalizar, professora, quais seriam os paradigmas que norteiam as pesquisas em Educação, pensando em um alinhamento com o que a senhora disse sobre pesquisa básica, pesquisa aplicada e que a pesquisa tem uma finalidade social? A senhora colocou isso fortemente...

Professora Dra. Selva Guimarães: Eu sempre pensei a minha atuação como uma questão epistemológica, claro, nós temos que pensar muito fortemente nos nossos paradigmas porque eles não deixam de estar atrelados a uma posição política. Então, eu tive uma formação marxista, uma formação inicial marxista e até bastante radical. Eu inclusive rompi com a Igreja Católica naquele momento porque nós tínhamos uma militância. Então eu tive uma formação inicial marxista bem forte. Mas, no final do curso, nós tivemos contato com a História Nova, com o movimento de 1968, com a crítica ao partido marxista, com a nova historiografia social inglesa e com o pensamento francês, então começamos a ler Foucault, a nova História francesa. Então, quando eu fui para a Educação, eu fui com uma perspectiva que eu chamo de histórico-crítica. Eu sempre trabalhei com uma perspectiva histórico-crítica. Evidentemente que sempre pensando e tentando ter uma postura ideológica dialética. Eu não gosto muito de me colocar dentro de uma caixa, mas se eu tivesse que me definir dentro de uma concepção pedagógica e epistemológica seria uma perspectiva histórico-crítica, e por isso minha afinidade com a Pedagogia Crítica. Por isso toda a minha afinidade com as primeiras leituras de Paulo Freire que fiz na graduação. Nos últimos anos, o Multiculturalismo e toda essa teoria crítica multicultural, pois o multiculturalismo tem um leque muito grande. O Stuart Hall, o Homi Bhabha, todos eles me deram uma perspectiva multicultural, histórico, crítica... de respeito às

diferenças e valorização às diferenças, mas, também de profundas críticas às desigualdades sociais e ao capitalismo. Só para exemplificar: ontem eu estava assistindo ao *Café Filosófico*, que passa na TV Cultura, domingo à noite, e lá estava o Contardo Calligaris, um psicanalista que eu aprecio muito e inclusive li o livro dele de Literatura. Ele escreveu um livro sobre a História do Brasil fazendo ponderações muito interessantes sobre esses traços da escravidão que estão presentes ainda hoje, do lugar que a gente fala, do colonizador que habita em nós... então, tudo isso. Mas quando o Programa terminou, eu fiquei pensando que, para ele, não existe realidade objetiva social. Não existem relações sociais de produção. Então o olhar dele, o lugar do qual ele fala, numa psicanálise radical, não me satisfaz. Eu tenho que pensar que existem milhões de pessoas no País e no mundo que passam fome, que existe uma realidade social no nosso caso profundamente desigual. Nós vivemos um capitalismo selvagem. Nós precisamos situar nossas pesquisas nesse lugar social. O pesquisador fala de um lugar social de produção, e aí que aparece a minha formação inicial marxista. Claro que eu fiz todas as leituras da crítica da Nova Historiografia Inglesa, claro que foi feito todo um movimento de revisão. Mas, eu acho que há a base fundamental, que é pensar o mundo socialmente mais justo e a pesquisa em Educação para mim tem que estar fortemente conectada com isso, senão eu não vejo sentido.

Entrevistadoras: Pensar essa realidade e modificar e transformar essa realidade social...

Professora Dra. Selva Guimarães: Sim. Claro! Se não for isso, e aí Marx tem razão e Paulo Freire tem razão. E têm que continuar sendo lidos e discutidos. Toda vez que leio Paulo Freire, penso na atualidade de Paulo Freire. E depois eu voltei para Igreja, mas de uma forma crítica.

Entrevistadoras: Professora, agradecemos muito pela sua fala e por esse diálogo.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. O debate atual sobre os paradigmas de pesquisa em Educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 96, p.15-23, fev. 1996. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/810>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

ESTEVAM, Humberto Marcondes; GUIMARÃES, Selva. Avaliação do perfil de egressos do programa de pós-graduação stricto sensu em educação da UFU: impacto na formação docente e de pesquisador (2004-2009). *Avaliação (UNICAMP)*, v. 16, p. 703-730, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n3/v16n1a12.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

FERNANDES-FERREIRA, Hugo. *Um exército de doutores desempregados*. Jornal Tribuna do Ceará (online). 16 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://tudosobreposgraduacao.wordpress.com/2016/02/20/um-exercito-de-doutores-desempregados/comment-page-1/>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

GUIMARÃES, Selva. *Currículo Lattes*. Última atualização: 04 jun. 2018. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4768572T2>>. Acesso em: 01 maio 2018.

_____. *Como me tornei professora: narrativa de uma experiência docente*. 2014. 101 f. Memorial (Professor titular) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2014.

_____. *Fazer e ensinar História*. Belo Horizonte MG: Dimensão, 2009. v. 1. 296 p.

_____. *Didática e prática de ensino de História*. (1. ed. 2003) 13. reed. rev. e ampl. Campinas: Papirus, 2012, 443 p.

_____. *Caminhos da História ensinada*. 13. ed.; (1993, 1. Ed). Campinas: Papirus, 2014.

INEP/MEC – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/ Ministério da Educação. *PISA: Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/pisa>>. Acesso em: 28 maio 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SOBRE AS AUTORAS

Carliene Freitas da Silva Bernardes é mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia e doutoranda em Educação pela Universidade de Uberaba. É professora de Psicologia na Universidade Federal do Tocantins, no campus de Tocantinópolis, lotada no curso de Educação Física.

BERNARDES, C.F.S.; BORGES, R.O.; ROCHA, L.S.M.; CECÍLIO, S.

E-mail: carlienefreitas@uft.edu.br

Railene Oliveira Borges é mestre em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia e doutoranda em Educação pela Universidade de Uberaba. É professora na Universidade Federal de Uberlândia.

E-mail: raileneborges@hotmail.com

Lidiana Simões Marques Rocha é mestre em Fisioterapia pela Universidade Federal de São Carlos e doutoranda em Educação pela Universidade de Uberaba. É professora na Universidade de Uberaba.

E-mail: lidiana.marques@uniube.br

Sálua Cecílio é doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo e mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É docente e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Uberaba. Desenvolve pesquisas na área da Educação, em temáticas relacionadas ao trabalho e à profissionalização docentes.

E-mail: salua.cecilio@uniube.br

Recebido em outubro de 2018
Aprovado em outubro de 2018